

ENSINO E RESISTÊNCIA: O COLÉGIO ESTADUAL CENTRAL DE BELO HORIZONTE EM TEMPOS DE DITADURA CIVIL-MILITAR (1969-1979)

Recebido em: 03/07/2023
Aceito em: 03/08/2023
DOI: 10.25110/akropolis.v30i2-009

Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves ¹
Vera Lúcia Nogueira ²

RESUMO: O presente estudo é um recorte de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais — UEMG. O objetivo desse artigo é demonstrar a posição política de resistência desenvolvida pelos discentes e o contexto educacional no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte durante o período da Ditadura Civil-Militar, em especial, entre os anos de 1969 a 1979. Para seu desenvolvimento foi proposta uma revisão bibliográfica apresentando o Colégio Estadual Central, os aspectos políticos e educacionais do Regime Militar, além do uso de jornais do período, em especial, do impresso estudantil “Caminhando contra o vento”, produzido clandestinamente pelos estudantes do Central, demonstrando desta forma o cenário de resistência política estudantil que havia no interior da instituição no período que o país vivenciava um dos momentos mais repressivos de história.

PALAVRA-CHAVE: Estadual Central; Movimento Estudantil; Jornal Caminhando Contra o Vento.

TEACHING AND RESISTANCE: THE CENTRAL STATE COLLEGE OF BELO HORIZONTE IN TIMES OF CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP (1969-1979)

ABSTRACT: The present study is an outline of a research developed in the Graduate Program in Education of the State University of Minas Gerais - UEMG. The objective of this article is to demonstrate the political position of resistance developed by students and the educational context in the Central State College of Belo Horizonte during the period of the Civil-Military Dictatorship, in particular, between the years 1969 to 1979. For its development, a bibliographic review was proposed presenting the Central State College, the political and educational aspects of the Military Regime, besides the use of newspapers of the period, in particular, the student print "Walking Against the Wind", produced clandestinely by the Central students, thus demonstrating the scenario of student political resistance that there was inside the institution in the period that the country experienced one of the most repressive moments of history.

KEYWORD: Central State; Student Movement; Newspaper Walking Against the Wind.

¹ Mestre em Educação e Formação Humana pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).
E-mail: bruno.guimaraes@educacao.mg.gov.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: vera.nogueira@uemg.br

EDUCAÇÃO Y RESISTENCIA: EL COLEGIO CENTRAL DEL ESTADO DE BELO HORIZONTE EN TIEMPOS DE DICTADURA CIVIL-MILITAR (1969-1979)

RESUMEN: Este estudio es un recorte de la investigación realizada en el Programa de Educación de Posgrado de la Universidad del Estado de Minas Gerais — UEMG. El objetivo de este artículo es mostrar la posición política de resistencia desarrollada por los estudiantes y el contexto educativo en el Colegio Central del Estado de Belo Horizonte durante el periodo de la dictadura civil-militar, en particular, entre 1969 y 1979. Para su desarrollo, se propuso una revisión bibliográfica, presentando la Escuela Central del Estado, los aspectos políticos y educativos del Régimen Militar, así como el uso de periódicos del período, en particular, del formulario estudiantil "Caminando contra el viento", producido clandestinamente por los estudiantes del Centro, demostrando así el escenario de resistencia política estudiantil que existía dentro de la institución en el periodo que el país estaba experimentando uno de los momentos más represivos de la historia.

PALABRA CLAVE: Estado Central; Movimiento Estudiantil; Periódico Caminando Contra el Viento.

1. INTRODUÇÃO

A Ditadura Civil-Militar foi um dos períodos mais repressivos da história recente do nosso país, momento em que militares com apoio de camadas da sociedade civil estabeleceram um golpe de estado e depuseram o então presidente João Goulart, isso ocorreu em 1964 e a ditadura teria duração de 21 anos, e ao longo desses se estabeleceu ações que deixou marcas profundas em diversos setores da sociedade brasileira.

Um desses setores que sofreu interferência direta das ações repressivas e políticas da ditadura foi a educação, os militares estabelecerem reformas educacionais em todos os seguimentos de ensino visando criar um espaço educativo que atendesse aos anseios políticos e econômicos que regia o governo, esses, voltados para uma posição política de controle e vigilância e, em simultâneo, pregar um ensino que constituísse sujeitos capazes mover o projeto desenvolvimentista que se fundamentava no país naquele momento, era a introdução do ensino profissionalizante no seio da educação secundária, neste contexto, é preciso remeter os secundaristas atuantes do movimento estudantil do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte.

O Colégio Estadual Central de Belo Horizonte ao longo de sua história se destacou pela sua qualidade de ensino, contudo, não somente pelo fato pedagógico, mas, pelo ambiente político estudantil que se estabeleceu na instituição de ensino, em especial, no período que remete a Ditadura Civil-Militar, onde, jovens se posicionaram em oposição ao regime autoritário que se estabelecia no país.

Com isso, pensar em um estudo que traga esta realidade política e educacional é fundamental para podermos estabelecer uma compressão histórica sobre um dos períodos mais repressivos de nossa história, destacando o papel desempenhado por jovens estudantes no que tange a constituição de uma oposição ao Regime Militar, ainda mais, quando se trata do Movimento Estudantil do Estadual Central, pois, este se coloca como um dos mais atuantes na capital mineira entre as décadas de 1960 e 1970.

Perante esta realidade política e educacional que o presente artigo se fundamenta, nos pressupostos da História Cultural em dialógico com a História Política, estabelecendo como problema: de que forma o Movimento Estudantil do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte se desenvolveu perante o contexto educacional e político da Ditadura Civil-Militar?

Para o desenvolvimento desse estudo propomos a construção de uma revisão de bibliográfica sobre o Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, o ensino na Ditadura Civil-Militar, Movimento Estudantil e resistência ao regime, além disso, também recorreremos ao jornal estudantil Caminhando contra o vento, impresso produzido pelos estudantes secundaristas da instituição de ensino.

Desta forma, o nosso objetivo é compreender de que forma o Movimento Estudantil do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte se desenvolveu perante o contexto educacional e político da Ditadura Civil-Militar.

O presente artigo se divide em dois tópicos, no primeiro apresentamos toda dinâmica do projeto educacional constituído pela Ditadura Civil-Militar, destacando os objetivos e diretrizes que se fazia presente no sistema de ensino a partir das reformas educacionais, elaboradas a partir de acordos e convênios entre o Ministério da Educação, entidades empresariais e a Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional – USAID, esses acordos ficaram conhecidos como “Acordos MEC-Usaid”. No segundo momento, o estudo já apresenta o Colégio Estadual Central de Belo Horizonte e as práticas de resistências que se moldaram na instituição, em especial, a posição dos estudantes nas páginas do jornal Caminhando contra o vento.

2. O ENSINO DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

Os militares, assim que alcançaram o poder através do Golpe Civil-Militar de 1964, constituíram um governo moldado sobre os valores da Doutrina da Segurança Nacional que passaria a ser a base de sustentação de uma cultura política que teria como

principais marcas o autoritarismo e o cerceamento das liberdades individuais. Era o pilar de sustentação do discurso deste modelo de governo que estava se constituindo.

É importante ressaltar a construção deste princípio político que se tornou tão evidente na estrutura governamental do Brasil durante o período da Ditadura Civil-Militar. E neste sentido, em suas palavras, Giannazi (2013, p. 66) salienta que:

A Doutrina começou a ser redigida no momento em que se instaurava no mundo a bipolaridade da Guerra Fria (...). (...) teve duas vertentes originárias principais, a francesa e a norte-americana. Foi, portanto, uma reação de começo praticamente simultânea nos Estados Unidos e na França e se estendeu para vários países, notadamente da América Latina. Essa propagação ocorreu em função de alianças militares e tratados internacionais político-militares, altamente estimuladores desse gênero de pensamento (...).

No Brasil, a constituição da Doutrina da Segurança Nacional ficou a cargo dos membros da Escola Superior de Guerra (ESG), instituição criada no ano de 1949 pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, com intuito de constituir “estudos dos temas que integrariam como Conceito Estratégico Nacional, os quais serviram de base para o posterior desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional (...)” (GIANNAZI, 2013, p. 78).

Assim o que podemos colocar é que:

O objetivo da Doutrina era reorganizar o Estado brasileiro em outros moldes. Tal organização seria necessária em um mundo dividido, partindo-se do princípio de que já tínhamos o inimigo entre nós, os agentes de Moscou. E agravando o problema da sobrevivência do Brasil na esfera ocidental, dada a incapacidade das elites políticas civis em exercer o governo com a segurança necessária, urgia que a estrutura de poder fosse modificada. Modificação a ser feita em nome da eficiência, em função da segurança diante do perigo vermelho (Giannazi, 2013, p. 87).

Além de uma base militarizada de formação, a Doutrina de Segurança Nacional também teve a participação de importantes órgãos civis de viés conservador, no que diz respeito à sua formatação. Neste ponto destacamos o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)³

Nas palavras de Giannazi (2013, p. 79), as funções destes institutos eram: “dedicar-se na coleta de dados e informações, além da coordenação de campanhas e ações políticas

³ IPES e IBAD foram agrupamentos civis que participaram da criação da Doutrina de Segurança Nacional, o IPES se dedicou à coleta de dados e informações, além da coordenação de campanhas e ações nos meios civis, enquanto o IBAD, financiou eleições e campanhas políticas dos candidatos que eram favoráveis as suas posições (GIANNAZZI, 2013).

nos meios civis no que tange o IPES, já o IBAD financiava eleições e campanhas políticas dos candidatos que eram favoráveis às suas posições”.

Diante deste novo contexto e neste propósito de reorganização do Estado brasileiro contra o inimigo vermelho que tanto temia os grupos conservadores, a política proposta pela Doutrina Nacional de Segurança estabelecia um modelo de governança na qual este problema teria como solução “(...) a promoção preventiva e repressiva da segurança (contra os agentes subversivos) e o desenvolvimento econômico em relação aos problemas sociais (...)” (GIANNAZI, 2013, p. 84).

O que se constata é que a partir desses acordos e de uma posição ideológica coerente nas ideias políticas e econômicas o governo dos militares buscou meios para mascarar todo o aparelho da repressão através de políticas públicas direcionadas à modernização do país, com reformas em diversos setores, e da institucionalização de políticas econômicas e sociais com o objetivo final de fazer crescer a economia. Segundo Ridenti (2014, p. 37), “a legitimação do regime passou a ancorar-se em seu êxito modernizador, que envolvia ainda medidas de assistência social”.

É perante esta realidade que se moldava o pós-Golpe Civil-Militar de 1964, onde os valores da doutrina foram se tornando cada vez mais evidentes em diversos campos da sociedade e se tornando, assim, um instrumento multidisciplinar como volta a citar Giannazi (2013, p. 86), pois,

Defensora da modernização do país, não poderia deixar de se vincular à política – a esfera da atuação normatizadora (...) a doutrina teria que se relacionar com a ciência econômica e, assim, praticamente não havia campo do conhecimento humano que não fosse tomado como fornecedor de subsídios intelectuais para a criação daqueles corpus.

Ainda nesta mesma percepção de interdisciplinaridade e avanços dos seus valores, Giannazi (2013, p. 82) continua expressando que a doutrina,

Completaria igualmente outros conteúdos, entre eles os temas sociais, políticos, econômicos, educacionais, uma vez que desde os primeiros anos essa escola de pensamento militar entendeu que a segurança brasileira não podia ser vista separadamente do desenvolvimento econômico e da situação social do Brasil.

É, diante deste contexto, que se visualiza a constituição de uma proposta de modelo educacional no país pós-Golpe Civil-Militar, direcionado para as linhas da modernização e constituição de qualificação tecnicista para este desenvolvimento, e, em

simultâneo, a consolidação de um projeto de ensino que inibia a constituição de um pensamento crítico.

Assim, o discurso dos militares que governavam o país tinha como base a necessidade de se criar condições viáveis para que o progresso econômico fosse alcançado. Sendo as reformas muito importante para a concretização deste objetivo. Por isso, a importância de se estabelecer um novo padrão de ensino, que teria como base os ideais pregados pelos governantes, sustentadas pela Doutrina de Segurança Nacional.

Dentro dessa perspectiva de modernização e reformas, a educação foi um dos setores escolhidos pelos militares. Assim, todo o sistema educacional brasileiro passaria por uma série de reformas visando estabelecer um novo padrão de ensino no país, desde a educação básica até o ensino superior.

Mas, vale ressaltar que sobre a reforma educacional os militares davam continuidade às ideias do governo deposto, que buscava construir uma proposta de reestruturação do sistema educacional do país, iniciada com a criação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no ano de 1961. Tal proposta trazia a ideia central de construir uma educação baseada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, assegurando o direito de educação a todos os cidadãos brasileiros.

No entanto, os princípios pregados na LDB de 1961 não atendiam às necessidades da construção de um novo sistema de educação, na concepção dos militares, pois, para estes, a educação deveria ter uma ligação direta com a concepção de crescimento econômico e modernização da sociedade, fato que fica claro nas propostas iniciais estabelecidas pelos chamados acordos MEC-USAID.

Tais acordos, na concepção de Fazenda (1985, p. 63),

(...) constituíram em modelos para remodelação do ensino, entretanto esses modelos, por utilizarem a tecnologia pela tecnologia, acabaram por isolar a educação do contexto global da sociedade, empinando todo o sistema educacional, já que ele estava amarrado e financeiramente dilapidado pelos gastos advindos do cumprimento dos acordos.

Já para Saviani (2008, p. 297) estes acordos criaram uma:

(...) orientação de concepção produtivista de educação. Essa concepção adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação do ensino no período militar, na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do “máximo resultado com o mínimo dispêndio” e “não duplicação de meios para fins idênticos”.

A partir desse momento, percebe-se que a Ditadura não tinha objetivos apenas acadêmicos e pedagógicos relacionados a medidas modernizantes; além disso, o governo buscava, nas suas ações, criar condições de regulamentar um controle político sobre o sistema de ensino.

No entanto, as ações de modernização do sistema de ensino foram aplicadas no contexto da educação básica, sendo idealizados projetos de reestruturação das modalidades de ensino e principalmente do currículo, determinando, assim, quais conteúdos seriam ensinados, além dos objetivos a serem alcançados através do processo de ensino e aprendizagem.

O discurso dos militares que governavam o país tinha como base a necessidade de se criar condições viáveis para que o progresso econômico fosse alcançado. Assim, as reformas eram idealizadas visando à concretização desse objetivo. Por isso a importância de se estabelecer um novo padrão de ensino, que teria como base os ideais baseados na Doutrina de Segurança Nacional.

E foi seguindo essas ideias que teve início a reforma da educação básica, com a aprovação da lei nº. 5692/71, que já no seu artigo 1º deixa claro qual seria a tônica da nova concepção de ensino básico no país:

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (BRASIL, 1971) ⁴

Percebe-se que a reestruturação do ensino de primeiro e segundo graus no país propunha um modelo de ensino que tinha como foco principal a formação profissional, ou seja, seu propósito seria qualificar o jovem para o mercado de trabalho e inseri-lo em um processo econômico voltado ao pleno desenvolvimento do país – essa seria a base fundamental para o exercício da cidadania. Tal ideia fica clara nas palavras de Abreu & Filho (2006) ao colocarem que “(...) dentro do ideal de democracia imposto pelo Estado, ou seja, proporcionado pela livre competitividade. Assim deveria ser a cidadania aprendida e praticada pelos brasileiros: centralizada no Estado e por ele vigiada”. (p. 128).

Esse modelo de ensino, que estava sendo introduzido no país, com auxílio dos acordos MEC-USAID, tinha como principal inspiração a pedagogia tecnicista. Esse

⁴ BRASIL. Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971 – Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>.

parâmetro trazia para a educação uma proposta na qual o debate e a construção do conhecimento estariam em segundo plano. Seu objetivo primordial seria a formação de profissionais capazes de se inserir numa dinâmica econômica desenvolvimentista. Os militares usavam o discurso do desenvolvimento como uma forma de manipular a sociedade e obscurecer a repressão política e exclusão dos princípios de liberdade.

Segundo Luckesi (2003):

O tecnicismo foi introduzido na educação brasileira na década de 1960, no decorrer do regime militar, através da implantação dos programas de desenvolvimento social e econômico “Aliança para o Progresso” e acordo “MEC-USAID”, frutos do convênio de cooperação firmado entre Brasil e Estados Unidos da América. A implantação do modelo tecnicista foi oficializada por meio da promulgação das leis 5.540/68 e 5.692/71, que, respectivamente, reformulou a educação superior e instituiu o ensino de 1º e 2º graus.

O modelo educacional constituído pelos militares foi forjado para atender aos anseios de um projeto econômico com o intuito de fortalecer a exploração capitalista, isso fica claro trazendo o ideal das reformas para as ideias propagadas por Meszáros (2008, p. 35) quando diz que:

A educação institucionalizada (...) máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma internalizada.

Expandir o sistema do capital sobre um modelo educacional foi o que se estabeleceu a partir das chamadas reformas MEC-Usaid, estabelecendo uma educação que não teria mais objetivo central de formar um cidadão crítico que fosse capaz de se posicionar as questões políticas e sociais do país, mas sim, chegar-se a um processo que garantisse a formação de trabalhadores qualificados para se colocar no mercado de trabalho e fortalecer o projeto desenvolvimentista que o governo militar executava, principalmente nos períodos do chamado Milagre Econômico.

O princípio educacional do regime militar moldado pelo binômio segurança e desenvolvimento na sua essência seguia a regra que almejava “a reconciliação da concepção de uma utopia liberal/reformista com as regras implicáveis da ordem estruturalmente incorrigível do capital” (MESZÁROS, 2008, p. 31).

Foi perante esta realidade constituída por acordos externos e ações internas ligadas aos valores da Doutrina de Segurança Nacional que, ao longo do período do governo dos militares, foram realizadas estas reformas no contexto educacional, estabelecendo uma

nova caracterização para o sistema de ensino que, segundo Vieira (2015, p. 310-311), tinha como objetivo a “qualificação para o trabalho, e o preparo para o exercício consciente da cidadania”.

Percebe-se que a reestruturação da educação no país propunha um modelo de ensino que tinha como foco principal a formação profissional, ou seja, seu propósito seria qualificar o jovem para o mercado de trabalho e inseri-lo em um processo econômico voltado ao pleno desenvolvimento do país – esta seria a base fundamental para o exercício da cidadania.

3. O ESTADUAL CENTRAL E A RESISTÊNCIA ESTUDANTIL

As instituições escolares vêm ganhando espaço cada vez mais condizente com a sua importância nas pesquisas direcionadas no campo da História da Educação. Tornando-se uma das temáticas mais recorrentes neste campo de estudo, principalmente a partir da década de 1990, momento em que grupos de trabalhos foram se efetivando em diversas universidades.

Pesquisas direcionadas à temática das instituições escolares ganham destaque “mediante a expressão de sujeitos ou grupos sociais específicos, que representam um contexto histórico determinado, relevantes para compreensão da História da Educação e de uma sociedade” (Silva, 2009, p. 215).

No que se refere à inserção da temática no campo da História da Educação, é possível dizer ainda que estudos sobre a história de instituições escolares segundo Silva (2009, p. 216), “(...) compreender o pensamento pedagógico, das instituições educacionais e das práticas educativas, buscando simultaneamente os determinantes dos processos educativos e especificidades da educação em cada contexto histórico”.

E no que efetivamente se relaciona ao desenvolvimento da pesquisa, ainda seguindo as ideias colocadas por Silva (2009, p. 217), estes estudos buscam “diferentes categorias (que) são utilizadas: livros de chamadas e de atas, antigos cadernos, livros didáticos e cartilhas, bem como fotografias e outros objetos de uso cotidiano nas escolas da época”, que se tornam fontes primordiais para consolidação destes estudos.

Enfim, pensando nesta temática peculiar da História das Instituições escolares no campo da História da Educação, e relacionado este sobre o contexto histórico da cidade de Belo Horizonte, pensar no Colégio Estadual Central é essencial para se fundamentar uma análise histórica não apenas de uma instituição, mas de toda sociedade belo-horizontina com suas dinâmicas sociais e políticas.

O Colégio Estadual Central foi inaugurado em Belo Horizonte no ano de 1943, para ser símbolo de uma nova capital que ainda buscava se estabelecer como centro urbano de grande relevância no cenário nacional. Isto fica claro nas palavras de Gouvêa e Lisboa (2016) pode ser “O Colégio Estadual (...) um dos ousados projetos do jovem arquiteto Oscar Niemeyer para a cidade de Belo Horizonte, com o Complexo Arquitetônico da Pampulha (...)”.

A inauguração da nova sede da instituição trouxe um ar de modernidade que a capital de Minas Gerais remetia, Belo Horizonte, cidade planejada no final do século XIX simbolizava um novo momento para a história do país e quando o Estadual Central foi inaugurado trouxe consigo esta aspiração e isso fica evidente na sua própria estrutura física que remete a elementos que compõem o dia-a-dia da estrutura escolar, a obra, simboliza a escola em seus detalhes.

Esta concepção física da escola é detalhada por Teixeira (2019, p. 157) da seguinte forma,

O Colégio Estadual é formado por um conjunto de três edifícios: um abrigando as salas de aulas e administração; o outro; o auditório; e o terceiro, a caixa d'água e o mastro. O auditório tem a forma de duas curvas simétricas-convexas na abertura e côncava no piso, apoiando-se a obra no ponto em que a curva côncava tangencia o solo, um verdadeiro mata-borrão.

Outra ideia que a obra do Colégio trazia era de integrar a instituição de ensino a cidade, fazer daquele espaço um local de socialização e liberdade, esta ideia parte da própria concepção de Oscar Niemeyer, que pensa as suas obras não como espaço individualizado, mas sim, com ares de coletividade, desta forma, a marca do Estadual foi não ter muros, que nas palavras de Teixeira (2019, p. 160) representa “(...) a integração da escola com a cidade e o trânsito dos alunos”.

Mas, a escola sem muros não remetia apenas ideia de um local de livre circulação e de integração com a cidade, também, se colocava como um modelo de construção pedagógica onde a liberdade era fundamento essencial para o desenvolvimento de práticas educativas e garantia de um plano de ensino-aprendizagem, pois, os alunos tinham liberdade, não se viam presos entre muros na obrigação de estar ali, não, esses viviam sobre a tutela da liberdade, o que passou a ser denominada na instituição de “liberdade responsabilizada”, que para Teixeira (2019, p. 177) significava “o princípio pedagógico básico adotado no (...) principal estabelecimento de ensino secundário (...)” de Belo Horizonte.

Diante desse princípio Teixeira (2019, p. 181) expressa que,

O aluno seria levado a valorizar o estudo e a refletir por si próprio, daí constantes apelos ao trabalho pessoal, livre e voluntário. O velho sistema da recompensa material, punição corporal, foi sendo trocado pelas estratégias da responsabilização direta.

A posição da escola em garantir a liberdade do ensino aos alunos ficou denominado “*self-government*”, era algo inovador que remetia a própria posição da escola diante a sociedade belo-horizontina, uma escola que não se posicionava enquanto um espaço fechado e que não tinha um modelo de ensino moldado na rigidez e arbitrariedade de uma posição educativa, oferecendo ao aluno uma liberdade regulada, onde o aluno, é livre, mas pode sofrer consequências caso não saiba fazer uso correto desta liberdade.

Ainda tendo referência esta questão que se baseia da autonomia dos alunos no que tange o desenvolvimento de seu processo ensino-aprendizagem Teixeira (2019, p. 182) complementa dizendo que,

O regime da autonomia ou do *self-government* (...) libertava o aluno da tutela pessoal do adulto e também da tradicional correia disciplinar porque a colocava sob a tutela de sua própria consciência moral (...). O autocontrole era visto como qualidade essencial que deve possuir cidadãos de um regime democrático.

E no que concerne ao período histórico a ser analisado neste estudo, a Ditadura Civil-Militar dentro do seu recorte cronológico (1969 – 1979), o Estadual Central se tornou não apenas referência educacional na cidade de Belo Horizonte, mas também se colocou como palco de grande intensidade política estudantil, em virtude da politização que os alunos constituíram entre eles, estabelecendo um dos mais importantes palcos do movimento estudantil na cidade.

Segundo Gouvêa e Lisboa (2016),

Os alunos tinham no colégio intenso espaço de formação e atuação política, que ultrapassava o cotidiano escolar. Estavam em contato com diversas outras entidades, como o Diretório Estudantil do Colégio Municipal de Belo Horizonte e a União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Belo Horizonte (UMES). Paralelamente às UMES, no nível estadual existia a União dos Estudantes Católicos (UEC); no nível nacional, existia a União Nacional dos Estudantes (UNE), União Colegial de Minas Gerais (UCMG); o Diretório Central dos Estudantes da UFMG (DCE) (...).

A proximidade dos alunos do Estadual Central com demais entidades estudantis fazia do espaço escolar palco de grande agitação política, colocando a instituição em rota de vigilância por parte das autoridades policiais, principalmente com a consolidação do aparelho de repressão que se colocou em pauta na estrutura política do país após o Ato Institucional Número 5 (AI-5), que nas palavras das historiadoras Schwarcz e Starling (2015, p. 455) simbolizou “uma ferramenta de intimidação pelo medo, não tinha prazo de vigência e seria empregado pela ditadura contra a oposição e a discordância”.

Com o AI-5 é inaugurado no contexto da ditadura o momento que as forças de oposição passam a ser neutralizadas pelo uso constante da violência e perseguição, criando assim, uma configuração política que literalmente se fechava em torno de dois propósitos, que era manter a ordem política a partir da repressão e o discurso desenvolvimentista no campo econômico, fato que levou até a imposição de reformas e princípios educacionais como já foi citado no texto.

No que diz respeito a neutralização da oposição no espaço educacional, fato que afeta diretamente o movimento estudantil do Colégio Estadual Central, o governo militar seguindo as diretrizes já estabelecidas pelo AI-5 estabelece o Decreto-Lei 477 em fevereiro de 1969, este passava a definir “infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público, ou particulares (...)” (BRASIL, 1969). Em outras palavras, era o dispositivo que iria impor o cerceamento político diante da realidade escolar, estabelecendo ações que colocaram as organizações estudantis de então no ambiente da ilegalidade.

Com imposição do AI-5 e do Decreto 477 alunos do Estadual Central que até então eram atuantes no movimento estudantil tiveram que mudar de estratégia de resistência à Ditadura Militar, muitos acabaram indo para luta armada, o caso mais expoente desse processo Dilma Rousseff,⁵ que é retratada por Moraes (2014, p. 15) como,

(...) uma colega daqueles peripatéticos no curso colegial, que, cotidianamente, subia a rampa, se propunha a resolver as equações e demonstrar a alguns deles que não se tratava de um bicho de sete cabeças. Por linhas tortas, um dia ela viu sua trajetória levá-la a outra rampa niemeueriana, a do Palácio do Planalto.

⁵ Dilma Rousseff, trigésima sexta presidente do Brasil, cursou o ensino médio no Colégio Estadual de Belo Horizonte, ingressando no curso no ano de 1965, sendo que, foi no colégio que iniciou a sua participação em movimentos de resistência à Ditadura, ingressando no movimento COLINA aos 16 anos e logo depois sendo atuante na luta armada no grupo denominado de Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Está mudança de postura do movimento estudantil após a deflagração dos referidos dispositivos políticos é explicada por Muller (2016, p. 25) da seguinte forma,

Sem dúvida, o “baque” de Ibiúna⁶ e a decretação do AI-5, que aniquilaram as possibilidades da luta política de massa, contribuíram para a opção da luta armada, cuja sua cultura política revolucionária, gestada nos anos 1950 e 1960, viveu seu momento ápice e também sua morte.

Está postura de ação mediante a luta armada por parte do movimento estudantil vai persistir até chegarmos aos anos de 1970, quando pela própria Muller (2016, p. 27) passa “o desenrolar de uma resistência pacífica que vai delineando uma nova cultura política no seio das oposições: a luta pelas liberdades democráticas e pelo fim da ditadura militar”.

É diante este novo momento que o movimento estudantil do Colégio Estadual Central volta a se reorganizar, principalmente no que diz respeito a posição de uma postura pacífica de luta, mas que ainda se encontra na ilegalidade, desta forma novos meios de resistência passam a ser configurados no seio da instituição de ensino, seguindo desta forma a nova perspectiva que está se criando no que remete ao movimento estudantil enquanto oposição política ao regime político repressivo que ainda se fazia presente em nosso país.

A reorganização do movimento estudantil no Estadual Central passa pela criação de um grupo de estudantes que voltam a atuar em prol de um movimento livre e atuante em contraposição a estrutura moldada pelas diretrizes do Regime Militar que fazia do Centro Cívico o núcleo representativo dos estudantes no espaço escolar, mas que, seguiam apenas a cartilha proposta pela direção da instituição, que no que lhe concerne, atuava perante a realidade proposta pelo Estado autoritário que regia o país. Desta forma, estes estudantes, passaram a organizar o que ficou conhecido no interior do Colégio de Comissão Pró-Grêmio.

Esta Comissão Pró-Grêmio era composta em um primeiro momento por alunos do ensino médio do turno noturno, sendo estes, responsáveis pela publicação de um impresso estudantil que seria uma das principais práticas de resistência utilizadas por estes ao

⁶ A cidade de Ibiúna, interior do estado de São Paulo, sediou em 1968 o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado totalmente de forma clandestina o evento acabou sofrendo uma intervenção de forças de segurança que culminou com a prisão de 900 estudantes, entre eles as principais lideranças estudantis do país. Luís Travassos (UNE), Vladimir Palmeira e Franklin Martins (União Metropolitana dos Estudantes) e José Dirceu (União Estadual dos Estudantes), entre outros, foram levados diretamente para o Dops – os demais, recolhidos ao Presídio Tiradentes. (MEMORIAL DA DEMOCRACIA).

contexto político e educacional que se fazia pertinente na instituição, este impresso era denominado de “Caminhando contra o vento”, publicado de forma clandestina por estes estudantes que usavam das breves páginas desse jornal para denunciar ações autoritárias, se posicionarem contra a estrutura educacional e apresentarem suas posições políticas no que se refere a Ditadura Civil-Militar.

Sobre o uso de jornais como prática de resistência pelo movimento estudantil Muller (2016, p. 77) destaca que o jornal deve ser observado como,

(...) instrumento para o engajamento político, uma estratégia para organizar a luta contra a ditadura. (...) funciona igualmente como modo de recrutamento. Porém, mais que um simples recrutamento, um jornal permite um conagraçamento, uma possível união de indivíduos em prol de um determinado fim; denunciar e acabar com a ditadura era o desejo expresso (...).

Para produzir e divulgar o jornal *Caminhando contra o vento* os estudantes do Estadual Central utilizavam de algumas estratégias no intuito de burlarem a censura e evitarem perseguições que poderiam ocorrer por parte da direção da escola e até mesmo por órgãos governamentais, e uma dessas estratégias era assinar os artigos de forma coletiva, ou seja, manter à autoria dos textos a organização estudantil, no caso, a Comissão Pró-Grêmio, fato que era comum enquanto os movimentos estudantis estavam se reorganizando e usavam jornais como prática de resistência, como salienta Muller (2016, p. 79)

Muitas vezes os textos eram assinados por uma representação: uma maneira encontrada para que as pessoas não fossem identificadas. Prova maior é de que alguns jornais apareceram assinados por nomes (sem sobrenomes) ou, ainda, por apelidos, tornando mais difícil o conhecimento da identidade de cada participante na ação.

E foi nas páginas do *Caminhando contra o vento* que a Comissão Pró-Grêmio do Estadual Central se posicionava e detalhava entre outros pontos os seus objetivos enquanto uma representatividade livre dos estudantes, desta forma, nas palavras dos próprios discentes da instituição os seus objetivos eram:

Denunciar as péssimas condições de ensino (falta de laboratórios, material didático, altas mensalidades, e etc.). Denunciar a falta de professores decorrente dos baixos salários que os mesmos recebem; ajudar os colegas na elevação de seu nível de consciência e, é claro, conquistar, na luta, um grêmio livremente organizado e eleito pelos alunos. (CAMINHANDO, 1978. p. 4).

Ao observar os objetivos detalhados pelos estudantes do Estadual Central percebe-se que atuavam de acordo uma posição que não se afasta da realidade que havia por detrás do novo ideal do movimento estudantil que estava se forjando no Brasil naquele momento, pois de acordo com Muller (2016, p. 57)

(...) os primeiros ecos da proposta para um retorno ao Estado democrático e a luta contra o ensino pago se inseriu nesse contexto: não apenas uma reivindicação estudantil, mas também uma forma de luta por maior inserção nos rumos da vida política nacional, visando à abertura do regime.

Além de demonstrarem os seus objetivos, os alunos que participavam da reorganização do movimento estudantil no Colégio Estadual também se posicionavam contra o Centro Cívico, neste ponto os mesmos ressaltam que “o Centro Cívico — CCEMA é controlado pela diretoria e conseqüentemente as reivindicações dos alunos que para eles foram canalizados, nele se diluirão por falta de representatividade”. (CAMINHANDO, 1978, p. 2).

É importante ressaltar que os Centros Cívicos foram introduzidos no espaço escolar após a proibição da livre organização e iniciativa das entidades estudantis, fato que levou a proibição da manutenção dos grêmios nas instituições escolares a partir desse momento, como nos demonstra (NAPOLITANO, 1998) ao dizer que “todas as entidades estudantis foram sujeitas ao controle do Estado, e que, nos estabelecimentos secundaristas como os Grêmios Livres substituídos pelos Centros Cívicos, sob o controle da diretoria dos colégios”.

Neste ponto, os estudantes do Estadual Central a partir das páginas do Caminhando contra o vento sempre mantiveram esta postura de se posicionar contra a manutenção do Centro Cívico da instituição e, em simultâneo, idealizar uma posição de defesa em prol da organização de uma entidade livre que realmente representasse os estudantes, não apenas servindo de aparelho de fiscalização e normatização do Estado, representado no seio do colégio pela sua diretoria.

Isso fica claro em outras passagens do jornal como a que segue:

Esse Centro Cívico que nos tem sido impendido, passa longe de ser um órgão nosso, reivindicatório e representativo, e não será assim nunca, a menos que se forme uma nova chapa e que fuja as regras já estabelecidas, enfrentando o problema no amago. (CAMINHANDO, 1979, p. 5)

Outro ponto que os alunos da Comissão Pró-Grêmio se posicionavam era em relação ao próprio modelo de ensino constituindo no período da Ditadura Civil-Militar,

um modelo que já foi delimitado neste artigo, direcionando uma educação voltada para preparação técnica e sem a efetivação de um projeto educacional que se oferece um espaço de um posicionamento crítico.

Já na primeira edição do jornal *Caminhando contra o vento* no ano 1977 os estudantes se posicionaram em relação à questão do modelo de ensino fazendo uma crítica pontual ao Reitor (diretor) da instituição dizendo o seguinte: “segundo declaração do nosso Reitor, o curso que nós, estudantes, de segundo e terceiro ano fazemos, não é para nos dar base para o vestibular, e sim para nos preparar para “enfrentar a vida” com um curso profissionalizante” (CAMINHANDO, 1977 p. 3).

A fala do reitor remete de forma explícita o objetivo do modelo educacional da época colocando que o “enfrentar a vida” se configura essencialmente em formar o sujeito para ingressar no mercado de trabalho, não havendo a necessidade de se ter um cidadão crítico, pois, a missão é prepara-los para servir de força de trabalho para o projeto desenvolvimentista e modernizador que era guiado pelo Estado.

Em relação à direção da instituição, a postura era de condução de um espaço que seguia o aparato repressivo que se fazia presente no país naquele momento, era a imposição de censura, controle, perseguição e de um autoritarismo exacerbado a qualquer postura ou agitação que remetesse a atos de subversão e isso não se prendia apenas a direção, havia este contexto autoritário inclusive nas salas de aula por parte dos professores. Situação que os alunos denunciavam nas páginas do impresso.

No que tange a posição da direção da escola os alunos rementiam esta postura repressiva da seguinte forma: “a diretoria, consciente de sua incapacidade para resolver estes problemas, prefere ocultá-los e taxar de “subversivos”, badernistas, etc., aqueles que procuram se organizar para juntos discutir e resolver seus problemas”. (CAMINHANDO, 1977, p. 4)

Ainda sobre o autoritarismo por parte da direção os alunos detalham também ações punitivas que eram impostas, inclusive no que diz respeito a própria produção e divulgação do jornal estudantil, neste caso, as punições acabam sendo expulsões e até mesmo interrogatórios como podemos observar nas citações seguintes:

(...) foi a atitude da diretoria do turno da noite, unidade II, que além de recolher em salas exemplares de nosso jornal, intimou colegas a comparecer à diretoria para explicarem a origem do jornal. (CAMINHANDO, 1978, p. 1)

Continua pesando sobre as costas do nosso colega Geraldo (sala 210 – noite), a ameaça de expulsão do colégio. Agora a diretoria está preparando uma “comissão de inquérito” formada pela congregação para com isto, tentar

expulsa-lo. Como isto ocorre com todos aqueles que tentam discutir nossos problemas estamos denunciando, pois não podemos fechar os alunos diante desse tipo de ameaça. (CAMINHANDO, 1978, p. 10).

O cerceamento era comunal na instituição, a direção da escola seguindo as demandas do Estado taxava aqueles que se posicionavam contra a estrutura educacional, social e política do país de subversivos, levando para dentro da instituição o mesmo cenário de vigilância e violência que havia no país, e isso chegava as salas de aulas, onde professores também se posicionavam de forma autoritária com objetivo de cercear os alunos do colégio.

A postura dos docentes também chegou as páginas do impresso Caminhando contra o vento, e os alunos usando desse espaço denunciavam este autoritarismo nas salas de aula dizendo que alguns professores eram “totalmente arbitrários, que obrigam os alunos a se calarem em salas, privando-lhes do direito de exporem suas ideias, discutir com os professores e com seus colegas a matéria em questão”, ou seja, eram censurados, demonstrando que o reflexo da ordem política autoritária se fixava em diversos espaços da sociedade, inclusive nas escolas.

Mas, mesmo com esta postura os estudantes do Estadual Central não desistiram dos seus objetivos e continuaram de forma organizada se posicionando contrários as arbitrariedades que havia no país e na escola, instituído uma resistência em prol a garantia das liberdades e a restituição do Estado democrático no país, mesmo, sabendo que naquele instante, isso poderia significar serem vítimas do mecanismo repressivo que a Ditadura Civil-Militar sustentava.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando militares das Forças Armadas com apoio de políticos conservadores e diversos setores da sociedade civil idealizaram o Golpe Civil-Militar de 1964, o país entrava naquele momento em que uma Ditadura Civil-Militar se fez presente e perdurou por mais de duas décadas, que deixou sequelas imensas na estrutura do país, onde as principais marcas foram a repressão, a constituição de um Estado de vigilância permanente e o cerceamento das liberdades dos cidadãos.

Foi sobre esta realidade política que os militares moldaram um sistema de ensino que tinha como principal objetivo constituir um cidadão pleno para o país, um sujeito preparado para atuar e colaborar para o projeto desenvolvimentista que os militares sustentavam diante o cenário da repressão, um ensino que não trazia consigo a

possibilidade de formação de posicionamentos críticos, mas sim, de mão de obra qualificada, era o tecnicismo como motor de um projeto educacional.

Ante o contexto político e educacional estabelecido é possível estabelecer o Movimento Estudantil secundarista como um grupo de destaque em oposição ao Regime Militar, sendo que parcela desses jovens desde que o golpe civil-militar foi consumado se colocaram numa posição de resistência contra as imposições políticas imposta pelo governo autoritário que se fazia presente em nosso país neste instante.

E pensando nesses jovens opositores compreendemos que o Movimento Estudantil de oposição do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte mesmo com as imposições estabelecidas no intuito de neutralizar a atuação política dos estudantes, esses se mantiveram ativos até serem submetidos ao fechamento total da perspectiva de atuação, levando-os para uma posição de atuação política na clandestinidade.

Assim, neste espaço educacional é possível visualizar uma posição de resistência vinda daqueles sujeitos que estavam ali para serem moldados pelo projeto político e educacional da ditadura, os estudantes, que mesmo com o autoritarismo, a vigilância e a repressão conseguiram manter um movimento estudantil atuante, mesmo em momentos que se encontravam na clandestinidade, como ocorreu no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte.

Os alunos secundaristas do Estadual Central resistiram e se tornaram em um dos principais grupos de oposição ao regime ditatorial mantido pelos militares, mantiveram ativos em suas ideias de democracia, liberdade e buscaram defender constantemente um ensino público de qualidade, não apenas, um ensino construído para atender a interesses de um governo. E assim, o jornal Caminhando contra o vento, se tornou, uma das principais práticas de resistência desses alunos diante o autoritarismo persistente em nossa sociedade, inclusive, no espaço escolar. Um impresso que denunciou o modelo de ensino, as políticas autoritárias, a repressão por parte da direção da instituição, a má qualidade de ensino e principalmente, colocou em pauta um discurso político em prol da liberdade.

Contudo, este estudo é apenas um breve recorte de um tema que deve ser aprofundado para haver uma contribuição ainda mais relevante sobre o tema, em especial, como esses jovens opositores se articularam politicamente com outros movimentos políticos e na constituição de impressos estudantis, que se tornou uma das principais estratégias utilizadas por esses jovens no que tange a denúncia sobre todas as

arbitrariedades que se estabeleceu no ambiente educacional durante a Ditadura Civil-Militar.

REFERÊNCIAS

ABREU, V. K; FILHO, G. I. A educação moral e cívica – doutrina, disciplina e prática educativa. In: **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, 2006. Pág. 125-134. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/24/art11_24.pdf. Acesso em 29 de março de 2021.

BRASIL. **Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971 – Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>.

GIANNAZI, C. **A doutrina de segurança nacional e o milagre econômico (1969/1973)**. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

GOUVEA, M. C. S; LISBOA, A. H. **Colégio Estadual Central: autogoverno e produção social da excelência no ensino secundário (Belo Horizonte, 1956-1964)**. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v32n1/1982-6621-edur-32-01-00261.pdf>.

LUKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2003.

MESZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAES, Renato. **Colégio Estadual**. Belo Horizonte: Conceito, 2014.

MULLER, Angélica. **O movimento estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964 – 1985**. Atual, São Paulo, 1998.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. IN: REIS et.al (org.). **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe 1964**. Rio de Janeiro, 2014, p. 30 – 47.

SAVIANI, Dermeval. **Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas**. 2005. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/pseletivo/docs/SAVIANI.pdf>.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do Regime Militar. IN: **Cad. Cedes Campinas**, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>.

SEMICHECHE, A.; HIGA, K. M.; CABREIRA, L. Protagonismo juvenil: a participação dos jovens para a transformação social. **Akrópolis** Umuarama, v. 20, n. 1, p. 21-38, jan./mar. 2012.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TEIXEIRA, A. H. L. **Uma escola sem muros: Colégio Estadual Central de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

VIEIRA, E. **A república brasileira (1951-2010): De Getúlio a Lula**. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

JORNAL CAMINHANDO CONTRA O VENTO

A FALTA DE MATERIAL DIDÁTICO. Caminhando contra o vento, Belo Horizonte, número 0, 1977.

COMISSÃO PRÓ-GRÊMIO. Caminhando contra o vento, Belo Horizonte, número 3, 1978.

DE VOLTA ÀS URNAS. Caminhando contra o vento, Belo Horizonte, número 5, 1979.

EDITORIAL. Caminhando contra o vento, Belo Horizonte, número 1, 1977.

EDITORIAL. Caminhando contra o vento, Belo Horizonte, número 3, 1978.

ELEIÇÕES. Caminhando contra o vento, Belo Horizonte, número 2, 1978.

GERAIS, EXPULSÃO. Caminhando contra o vento, Belo Horizonte, número 3, 1978.